



# Prefeitura Municipal de São Carlos

## ATA DE JULGAMENTO 633

Aos 16 dias do mês de Maio do ano de 2020, às 14h30, no Paço Municipal, reuniram-se a pedido da ,representantes do Comitê Emergencial de Combate ao Coronavírus para realizar o julgamento do recurso do estabelecimento Sanduba de rua referente ao cumprimento do Decreto Municipal 169/2020.

O representante do estabelecimento, Sr.Adir Antonio. declara que tenho um food truk e trabalho na rua em frente as portarias do bosque sao carlos e samambaia e gostaria de uma autorizaçao para trabalhar mas so para retirada de produtos e sem por cadeiras e mesas

**Parecer:** Preliminarmente informo que ambulante possui o devido Alvara de Licença.

**A Procuradoria Geral do Município opinou em que** Os food truck e traillers em areas particulares e públicas somente poderão trabalhar pelo sistema delivery, sendo restrito o consumo, venda e retirada no local, Considerando que não houve a regulamentação da Lei Municipal 18699/2018 sobre o comercio ambulante até a presente data, perante a “ Vacância legis ” fica isento de punibilidade e licenças os trailers ja instalados anteriormente a data de 17 de Julho de 2018.

Deferido parcialmente ao comercio ambulante pelo sistema delivery( entregas) ou drive tru

Art. 1º Fica determinado, consoante ao disposto no Decreto Estadual nº 64.956, de 4 de maio de 2020, o uso obrigatório de máscaras de proteção facial, preferencialmente de uso não profissional, no interior de estabelecimentos que executem atividades essenciais, aos quais alude o § 1º do artigo 2º do Decreto Estadual nº 64.881, de 22 de março de 2020 c/c Decreto Municipal nº 120, de 20 de março de 2020, por consumidores, fornecedores, clientes, empregados e colaboradores; Parágrafo único. Em relação aos clientes dos estabelecimentos mencionados no caput deverá ser obrigatório o uso de máscaras ao adentrar nestes estabelecimentos.

Art. 2º Fica recomendado, em complemento ao disposto no Decreto Municipal nº 159, de 10 de abril de 2020, o uso de máscaras de proteção facial, preferencialmente de uso não profissional, nos espaços de acesso aberto ao público, incluídos os bens de uso comum da população; § 1º O descumprimento do disposto neste artigo sujeitará o infrator, conforme o caso, às penas previstas nos incisos I, III e IX do artigo 112 da Lei Estadual nº 10.083, de 23 de setembro de 1998 - Código Sanitário do Estado, sem prejuízo: a) na hipótese da alínea “a” do inciso II, do disposto na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor; b) em todas as hipóteses, do disposto nos artigos 268 e 330 do Código Penal. § 2º O uso de máscaras de proteção facial constitui condição de ingresso e frequência eventual ou permanente, nos recintos a que alude o artigo 1º, caput deste Decreto. § 3º As máscaras artesanais podem ser produzidas, forma de utilização e higienização segundo as orientações constantes da



# *Prefeitura Municipal de São Carlos*

Nota Informativa nº 3/2020-CGGAP/DESF/SAPS/MS, e, conforme o disposto no Anexo I deste Decreto Municipal.

São Carlos, 16 de Maio de 2020

---

**Secretaria Municipal de Habitação  
e Desenvolvimento Urbano**

---

**Procuradoria Geral do Município**

---

**Câmara Municipal de São Carlos**

---

**Sociedade Civil**

---

**Comissão Especial dos Assuntos da COVID- 19**